

## FILOGIA

J. Mattoso Câmara Jr.

Chama-nos a atenção, neste artigo de J. Mattoso Câmara Jr., a preocupação do autor com as especificidades do português brasileiro, tema que tem sido objeto de investigação constante, sobretudo mais recentemente. Não nos ateremos a todos os aspectos do artigo em questão, suficientemente explícito e detalhado, mas não podemos deixar de ressaltar alguns poucos pontos que nos parecem de capital importância.

Assinale-se, por exemplo, a importância que o autor atribui a uma descrição lingüística rigorosa, único recurso realmente científico para evitar posições impressionistas, tais como a de estabelecer que o português brasileiro é uma língua profundamente diferente da de Portugal. Um exemplo de postura de sensatez e rigor dá-nos Mattoso Câmara no artigo “Ele como um acusativo no português do Brasil”, inserido nos *Dispersos* organizados pelo professor Carlos Eduardo Falcão Uchoa (p. 96-100)<sup>1</sup>

Permita-se-nos, aqui, salientar o caráter indispensável da Lingüística Românica para esse tipo de estudo. Sem dúvida, uma descrição rigorosa permite obter um quadro satisfatório e mais confiável do português do Brasil, mas certos traços específicos só podem ser avaliados pelo cotejo com as demais línguas românicas: a tendência do português brasileiro a reduzir os ditongos *-ei-* e *-ou-* a *-e-* e *-o-*, respectivamente, está consolidada no espanhol; a semivocalização do *-l* já ocorreu no francês, o que está claramente indicado pela ortografia francesa (haja vista exemplos como *mauvais*, *sauter*, etc).

É também de leitura indispensável o artigo “A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960)”, de autoria do professor Uchoa, que se encontra no número 20 da revista *Con-*

---

<sup>1</sup> UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* – nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004

*fluência* (p.45-52), para que se possa ter uma visão mais completa do modo como M. Câmara avaliara o trabalho filológico.

Por último, cumpre fazer referência à ampla bibliografia apresentada pelo autor, com 248 títulos, aproximadamente, todos acompanhados de um comentário, e distribuídos da p.263 à p.284 do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*<sup>2</sup>, de 1949. O exame minucioso de alguns desses textos revelar-nos-á, com certeza, alguns temas mais recorrentes, o que pode abrir-nos importantes veios de pesquisa.

Valter Kehdi  
USP

É preciso assinalar inicialmente a ausência de um ensino lingüístico de grau universitário no Brasil até a quarta década deste século. Depois de 1930 é que a Prefeitura do Distrito Federal e o Governo do Estado de São Paulo fundaram as suas Faculdades de Letras. A da Prefeitura do Distrito Federal foi extinta em 1939; mas substituiu-a a Faculdade Nacional de Filosofia do Governo Federal, e hoje há várias outras nos mesmos moldes de iniciativa privada.

Essa falta de ensino universitário da língua materna fez com que os estudos lingüísticos partissem dos professores do ensino secundário. Ora, no ensino secundário, a preocupação é com os problemas de norma e estética lingüística; não se cogita das pesquisas científicas desligadas de um critério de valor.

É verdade que a maneira de ingresso no magistério secundário oficial, por meio de defesas de teses escritas, deu ensejo a certos ensaios mais ambiciosos. Alguns estudiosos se colocaram momentaneamente fora da sua estrita esfera de interesse e imprimiram um cunho mais universitário às suas elucubrações. Várias das teses antigas merecem, entretanto, a crítica de Antenor Nascentes: “São trabalhos sem espontaneidade, com assunto indicado pela congregação. Continham em geral poucas páginas; pouco valor apresentam, salvo uma ou outra.”<sup>1</sup> Nas atividades didáticas, houve, antes de tudo, a preocupação de estabelecer uma teoria da formulação verbal, derivada da análise lógica do pensamento. Constituiu-se com isso uma rotina escolar. A ela se circunscreveu a maioria dos professores brasileiros de português. Predominou a nomenclatura

<sup>2</sup> *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* – sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Bercien. Rio de Janeiro, Edit. Souza, 1949.

<sup>1</sup> *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro, 1939, p. 26.

e esquematização inglesa de Mason, até hoje a mais generalizada com uma ou outra variante.

Já então impressionava aos estudiosos brasileiros a existência recente, na Europa, dos estudos de lingüística histórica. Esses estudos, que não se podiam colocar entre nós no nível universitário que não possuíamos, adaptaram-se, contudo, com um caráter de divulgação, ora mais sumária, ora mais minuciosa, nas gramáticas do curso secundário. Desde os fins do século passado, o ensino secundário de português gira em torno da rotina da análise lógica, do tipo inglês de Mason, e do estudo do português histórico como tela de fundo de uma disciplina gramatical, acentuadamente classicista. É óbvio que esse enquadramento exclusivo da lingüística histórica nas gramáticas secundárias a reduzia em muitos de seus aspectos, e a circunscrevia num trabalho de mera compendiação.

Fora do âmbito escolar, os filólogos, em essência professores secundários especializados no estudo da linguagem, cultivaram de preferência os problemas de disciplina gramatical e a filologia dos textos clássicos.

Algumas folhas diárias, como o *Jornal do Commercio* e o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, tiveram seções de filologia e gramática a cargo de estudiosos mais ou menos autorizados. As questões dessa natureza dedicaram grande parte do seu conteúdo revistas, como a *Revista Brasileira* e a *Revista do Brasil* já extintas, e a *Revista de Cultura*, que existe desde 1927. Mais especializadas surgiram outras, das quais merecem menção em 1924-1925 a *Revista de Filologia Portuguesa*, em São Paulo, e em 1915-1931 e 1931-1932, respectivamente, no Rio, a *Revista da Língua Portuguesa* e a *Revista de Filologia e História*, além da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Entre os que se dedicavam a tais estudos de linguagem, formaram-se muito cedo duas atitudes distintas diante da norma da língua escrita dalém-mar. Uns a ela se cingiam estritamente; outros dela se afastavam com maior ou menor ousadia.

Já nos meados do século passado, o romancista José de Alencar encarnou a segunda tendência em teoria e prática. Em 1865, acrescentou um pós-escrito à sua novela *Diva*. Frisa a contradição do romantismo luso de romper com os ideais literários do classicismo, mantendo-se adstrito “à linguagem clássica usada pelos antigos modelos”. Em 1870, respondendo à crítica do escritor português Pinheiro Chagas, ajuntou outro pós-escrito à 2.<sup>a</sup> edição da novela *Iracema*, com um pensamento mais desassombrado a favor de uma cisão lingüística entre a literatura brasileira e a portuguesa. Batista Caetano, polígrafo e estudioso do tupi, em *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa*, assinando-se B. C. retomou a tese de José de Alencar.

O receio instintivo do prejuízo da autoridade normativa no ensino escolar tendeu, não obstante, a ater a filologia brasileira aos padrões clássicos, embora às vezes com interpretações discordantes das dos gramáticos ultramarinos.

A própria polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas girara em torno de pontos secundários da disciplina gramatical. Os teóricos de Portugal soem enquadrar-se em ditames excessivamente rígidos e conseqüentemente às vezes quase de mero arbítrio pessoal. É bem conhecido a esse respeito, na história da nossa filologia, o debate sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos e sobre o uso do infinito flexionado. As regras lusitanas para a colocação dos pronomes pessoais átonos é que especialmente revoltaram a José de Alencar e Batista Caetano.

No Brasil, podem-se distinguir duas correntes diante da disciplina gramatical que é assim prescrita em território europeu. Uma aceita-a sem maior discrepância; outra refuga muita coisa. Esta última procura em regra provar que os textos clássicos não corroboram a regulamentação apresentada.

Deste último aspecto foi, em 1903, o livro *Factos de Linguagem*, do brasileiro Heráclito Graça, em contestação às *Lições Práticas de Português*, do então afamado doutrinador Cândido de Figueiredo. Figueiredo, em jornais de Lisboa, respondia às dúvidas de linguagem, que lhe eram apresentadas por leitores insipientes.

Ao contrário, outros filólogos procuraram fazer causa comum com a disciplina gramatical ultramarina. Entre estes a mais notável figura foi a de Mário Barreto, professor de português do Colégio Militar e da Escola Normal do Rio de Janeiro, estabelecimentos destinados, aquele, então, aos filhos de militares e este à formação dos nossos professores primários.

O próprio Cândido de Figueiredo muito escreveu no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Os ensinamentos que aí e alhures expendeu foram prestigiados pela aprovação de Rui Barbosa. Rui, por sua vez, preocupou-se em firmar a linguagem jurídica nos moldes clássicos, como os consubstanciou nos debates sobre a redação do Código Civil Brasileiro. O “Parecer” de Rui contra a redação do projeto do Código enviada ao Senado, em 1902, e, em 1904, a sua “Réplica” às defesas da redação original marcaram época. Passaram até a constituir preceitos normativos de disciplina gramatical em muitos setores do ensino escolar.

A base de toda essa doutrinação de linguagem foram os textos clássicos dos séculos XVI e XVII e os de alguns autores selecionados dos séculos subsequentes, como Felinto Elísio, Antônio Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, todos portugueses. A eles se ajuntou às vezes o brasileiro Machado de Assis, admirável modelo, em verdade, de uma língua

culta sem perda de naturalidade. Desenvolveu-se, paralelamente, a tendência a também assentar a norma escolar no estudo da evolução da língua.

Daí, a atitude de muitos em favor da adoção da Reforma Ortográfica Portuguesa de 1912. Essa Reforma saíra dos trabalhos do foneticista português Gonçalves Viana. Partira do pensamento de fazer pela simplificação da grafia melhor transparecer a evolução fonética da língua desde a fase românica até o período moderno. Mário Barreto e Silva Ramos, para só citar os já mortos, foram no Brasil os propugnadores centrais dessa Reforma.

A filologia brasileira já estava desde antes empolgada pela questão ortográfica. A Academia Brasileira de Letras, como muito antes a Igreja Positivista, já tinha lançado um sistema seu, que em seguida abandonou. A maioria dos literatos e jornalistas se ateu à grafia tradicional, dita *usual*, mal sistematizada e meio sincrética. Os professores de português alinharam-se, porém, em regra ao lado de Mário Barreto e Silva Ramos. Muitos praticaram a Reforma portuguesa no ensino escolar. Preparou-se assim o ambiente para a regulamentação posterior, que o Governo Brasileiro executou no mesmo sentido, depois de um acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa.

Todas essas nossas considerações destinam-se a dar uma idéia global do ambiente dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil. Compreendem-se melhor assim situados, aqueles outros estudos referentes aos aspectos próprios da língua portuguesa no Brasil e pertinentes ao objetivo deste manual. Da nossa exposição já se pode concluir que os fenômenos lingüísticos brasileiros não preocuparam precipuamente a maioria dos nossos filólogos. Cabe agora citar as várias exceções a essa observação geral.

João Ribeiro, falecido em 1934, ao lado de uma doutrinação normativa, fundamentada em textos clássicos, voltou-se para as pesquisas de peculiaridades lingüísticas nossas. Escreveu leves ensaios, em regra publicados na imprensa diária. O vocabulário e a fraseologia brasileira, nas suas origens e aplicações, é que principalmente o interessaram.

Desde muito antes fizera-se sentir a curiosidade dos pesquisadores de vocábulos da nossa língua popular, regionais ou não, e da nomenclatura geográfica, zoológica e botânica, a qual é freqüentemente de formação tupi. São várias vezes os vocabulários resultantes obras de amadores bem intencionados. Mesmo os melhores nunca se elevaram acima da mera dicionarização.

O primeiro em data foi o do gramático Antônio Alvares Pereira Coruja, em 1852, sobre vocábulos e frases do Rio Grande do Sul. Os melhores, do ponto de vista da segurança e da técnica filológica, são o do Visconde de Beaurepaire Rohan, em 1889, e o de Rodolfo Garcia em 1915.



Antônio Joaquim de Macedo Soares, em 1888, apresentou um começo de trabalho com o propósito mais amplo e profundo de empreender um dicionário geral da língua portuguesa, tal como se fala no Brasil. A publicação feita até o meio da letra C teve o objetivo declarado de concorrer para que se escreva no Brasil como se fala no próprio Brasil, e, não, como se escreve em Portugal. A tese envolvia a complexa questão das relações entre a língua escrita e a falada. Procurara dirimi-la de uma maneira evidentemente simplista. A norma da língua escrita é sempre algo diferente do uso da fala cotidiana, em qualquer nação. Era no âmbito do léxico um aspecto do debate teórico sobre a nossa diferenciação lingüística, que desde os meados do século passado tem preocupado alguns estudiosos.

Em 1920, tivemos um cuidadoso trabalho dialectológico – *O Dialecto Caipira* de Amadeu Amaral. O autor, também notável poeta paulista, descreveu a fala popular no interior do Estado de São Paulo, zona caipira. Esse estudo, como frisou na época Sousa da Silveira, mostra “associadas num mesmo indivíduo as qualidades artísticas do escritor e a reta orientação filológica.”<sup>2</sup> Antenor Nascentes analisou, por sua vez, em 1922, a língua popular urbana da capital do país, sob os aspectos permanentes e efêmeros que ela apresentava. Já outros, que em obras especiais versaram a diferenciação lingüística brasileira, assumiram em regra uma posição mais dialética. Não fizeram descrição desinteressada e objetiva de um falar local.

A filologia de Portugal criou o conceito de ser a língua no Brasil um dialecto português ultramarino, e em torno desse ponto fixo giraram as elucubrações entre nós. Discutiu-se se trata, com efeito, de um dialecto ou de um conjunto de dialectos. Alguns sustentaram, com mais ousadia, que já temos até uma língua própria, radicalmente distinta da de Portugal.<sup>3</sup>

Sem falar em José de Alencar, cujo ponto de vista é mais de literato e esteta, já em 1879 José Jorge Paranhos da Silva procurara provar a existência de uma língua própria brasileira. Invocou fatos e causas no opúsculo, publicado anônimo, sobre *O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*. Em 1880, Manuel Pacheco da Silva Junior, professor de português do Colégio Pedro II, opinou num artigo na *Revista Brasileira* sobre o conceito de dialecto e a sua inaplicabilidade à língua literária e culta no Brasil. Em 1916,

---

<sup>2</sup> “O Dialecto Caipira”, *Revista da Língua Portuguesa*, n.º 11, p. 24.

<sup>3</sup> Em regra, os que defendem este último ponto de vista argumentam muito com a ação do clima e com a influência do tupi e das línguas negras africanas, trazidas com a escravidão. Também alegam a nossa independência política, como causa da diferenciação. Uma rigorosa técnica lingüística teria muito que rejeitar, restringir e pôr em dúvida nas exposições que têm sido feitas sobre o assunto.

Virgílio de Lemos, mais propriamente geógrafo e sociólogo, retomou a tese em sentido oposto no Congresso Nacional de Geografia, reunido na Bahia.

O debate reiniciou-se em 1935. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro decretou que os livros didáticos, para se adotarem nas escolas municipais, deviam intitular-se “língua brasileira”,<sup>4</sup> e um projeto análogo foi apresentado no Congresso Federal, mas aí não teve andamento.

Multiplicaram-se, então, os artigos, pareceres e livros a favor ou contra a medida. Em regra, os professores de português repeliram-na. Sentiam que ela solapava toda a estrutura do ensino escolar, fundamentado na interpretação dos textos clássicos, e nada trazia em substituição. A corrente favorável foi mais de jornalistas, políticos e literatos, a quem escapava esse tropeço e a medida reduzia pelos seus aspectos, nacionalistas. A literatura lingüística que assim surgiu desses debates foi quase toda de mérito precário. Além do vício de origem da intenção polêmica, havia a circunstância de ter sido a questão preliminarmente mal colocada. A nossa diferenciação lingüística é fundamentalmente no âmbito da língua popular, a cujo respeito nos falta um conhecimento científico adequado. Os falares locais ainda nos escapam na sua distribuição geográfica, relações mútuas e estruturas fônicas, mórficas e até vocabulares.

O problema da língua culta é outro. A unidade dela em sentido lato com a língua culta ultramarina é inegável. O que importa decidir é até que ponto atuam e devem ser acatados os desencontros superficiais de expressão que lhe dão entre nós uma modalidade própria. O político e o professor, neste empenho, não devem esquecer a função social e cultural da língua escrita, como fórmula da unidade lingüística nacional e veículo de uma cultura, cuja expressão adequada não se compadece com os recursos e o valor social dos falares locais e da língua popular urbana.

É um problema, em última análise, idêntico ao que defrontam as grandes línguas comuns européias nos seus próprios territórios. Está apenas obscurecido nas linhas diretrizes, porque a língua culta no Brasil não é um patrimônio nosso privativo. Temo-lo em comum com um povo ultramarino mais velho, de quem hoje divergimos nitidamente na psique e nos ideais coletivos. Nestas condições, a orientação da disciplina gramatical tem de variar algum tanto entre o ensino escolar do Brasil e o de Portugal. A proclamação de uma cisão

---

<sup>4</sup> O Prefeito do Distrito Federal vetou a resolução. A Câmara Municipal rejeitou o veto e manteve a sua lei. Essa lei ficou, porém, letra morta, porque os estabelecimentos de ensino municipais têm de seguir as normas do Governo Federal. Ora, o Ministério da Educação mantém o emprego do nome: *língua portuguesa*.

decisiva, sobre ser lingüísticamente falsa, só pode, porém, do ponto de vista social trazer confusão e anarquia.

Há dois aspectos em que tem de ser mui nítida a divergência. O primeiro é no âmbito do vocabulário. Já é ponto pacífico, aliás, entre nós, desde a elaboração do plano para o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, na segunda década deste século, o pensamento de que a norma brasileira, em relação ao léxico, deve aceitar os termos privativos do Brasil, regionais ou não, sem detrimento do valor social do emprego deles. Ainda recentemente, em 1942, a Academia Brasileira de Letras, oficialmente encarregada de organizar o “Vocabulário Ortográfico” definitivo, resolveu, entre outros itens, “a inclusão dos brasileirismos consagrados pelo uso”, “a inclusão de estrangeirismos e neologismos de uso corrente no Brasil e necessários à língua literária”, e, finalmente, “a substituição de certas formas usadas em Portugal pelas correspondentes formas usadas no Brasil.”<sup>5</sup>

O segundo aspecto da nossa divergência com a norma lingüística ultramarina é o referente à pronúncia. Em Portugal, como no Brasil, há profundas diferenças fonéticas de região a região, mas a língua culta padronizou a pronúncia lisboeta. Essa pronúncia é, em muitos pontos, grandemente inovadora em cotejo com o português clássico. No Brasil, a tendência é a de padronizar a pronúncia do Rio de Janeiro. Já foi dado um passo, meio oficial. neste sentido, pelo Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo em 1937.

Entretanto, muita coisa está ainda por estudar e firmar. As próprias modalidades de articulação esperam um exame e doutrinação definitivos. Aí deverá intervir a fonética experimental, ainda não organizada no Brasil. Há, por outro lado, múltiplas questões particulares de prosódia, especialmente de termos eruditos, de origem grega ou não, em que o uso geral brasileiro diverge da padronização portuguesa, executada por Gonçalves Viana.

Já temos, neste sentido, um ponto de partida no livro *A Língua Portuguesa*, de Franco de Sá, publicado postumamente em 1915. O autor, ex-político militante, retirado da vida pública, dedicou-se à elaboração de uma obra de doutrinação lingüística. Só executou a primeira parte referente à Ortofonia ou pronúncia correta, fundamentando-se essencialmente na realidade brasileira.

---

<sup>5</sup> Instruções para a Organização do *Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, Rio de Janeiro, 1942, p. 7.